

Recado de 106 milhões

A chuvarada que inunda mais da metade do país neste começo ensopado da primavera, encharcou o final da campanha, forçando a transferência de comícios das praças para recintos fechados e o encurtamento de discursos. Em resumo, o remate adequado para a campanha mais chinfrim de toda a recente história eleitoral, a exigir, a seu tempo, análises isentas que identifiquem as causas da abulia popular e apontem as saídas para o preocupante desinteresse do eleitor.

Não é decente esconder-se debaixo do guarda-chuva para justificar o encolhimento da mobilização da sociedade. Desde o princípio que a campanha não emplacou. Apelou-se para as mais contraditórias desculpas para explicar a frieza das ruas, o silêncio dos bares, o amortecimento da paixão, o escasso comparecimento às ousadas tentativas de juntar multidão nos comícios da última fase.

Pois está soando a hora de, apurados os votos, definidos os resultados, comemoradas as vitórias e absorvidas as derrotas, mergulhar fundo na avaliação dos muitos desvios da campanha que dela afastaram o povo.

Antes de mais nada, à moda de introdução, a reverência ao eleitorado. Se a campanha foi um desastre, nenhuma culpa lhe cabe. No painel de desempenhos medíocres, o eleitorado merece destaque para o devido louvor.

Cresce desde 1954, há meio século, sem interrupção. Atravessou as vicissitudes dos quase 21 anos da Redentora, purgou nos padecimentos das restrições ao voto, sempre batendo recordes. Domingo, mais de 106 milhões de eleitores estão habilitados a votar cinco vezes para eleger: o presidente, 27 governadores, 27 senadores, 513 deputados federais e centenas de deputados estaduais.

O eleitorado de 106 milhões está entre os cinco maiores do mundo. É a segunda marca estatística do país, abaixo da população de 160 milhões.

Prudente de Moraes, o primeiro presidente eleito pelo voto direto, em 1894, com as fraudes e limitações, conseguiu o modesto total de 276 mil votos. O último presidente da República Velha, Washington Luís, antes da revolução de 39 e do corte ditatorial do Estado Novo de Getúlio Vargas, não foi além de 628 mil votos nas suspeitas urnas de 1926.

Na redemocratização de 45, Eurico Dutra elegeu-se com 3.251.507 votos. O eleitorado saltou do milhar para a casa do milhão. E, daí em diante, disparou. Jânio Quadros, de vassoura em riste, elegeu-se, em 1960, com quase 6 milhões de votos. Exatos 5.636.623.

Na eleição presidencial seguinte, na limpeza democrática do voto direto, o eleitorado que, em dois turnos, confirmou a eleição de Fernando Collor de Melo, passara dos 82 milhões.

O próximo pulo ultrapassa a barreira dos 100 milhões.

Eleitor é o que não falta para a remontagem do modelo que andou apresentando graves falhas no teste da estréia da novidade da reeleição. É o que garante a legitimidade do processo de escolha, ungindo o eleito com a autoridade política para o pleno exercício do mandato.

Falta corrigir o resto. E depressa, que o tempo é curto. Dentro de dois anos, teremos nova campanha para prefeitos e vereadores. Não se pode imaginar melhor oportunidade para a faxina de revisão completa, a começar pelos acertos da reeleição, com a exigência moralizadora e indispensável da desincompatibilização dos candidatos a dobrar o mandato.

No mesmo embalo, é inadiável a remontagem do quadro partidário e do sistema político e um novo feitiço para o horário eleitoral gratuito.

Se não há grandes novidades a experimentar, a urgência dos remendos é imposição inadiável e preventiva da consolidação democrática.

Pois, é inadmissível outra campanha com o desfile gaiato de candidatos patuscos na cadeia milionária de rádio e TV ou a tolerância suicida com a bagunça partidária que desmoraliza o Congresso.

A crise do neoliberalismo que sacode as estruturas do mundo e balança nosso desengonçado coreto, não serve de pretexto para ignorar o recado de 106 milhões de eleitores.